



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2024: SIC - XXXVI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2024
<b>Local</b>	Virtual
<b>Título</b>	Aplicação das medidas compensatórias estaduais no Rio Grande do Sul
<b>Autor</b>	ANA BEATRIZ TITTONI DA SILVEIRA
<b>Orientador</b>	RAQUEL PRETTO

## **APLICAÇÃO DAS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO SUL**

**Ana Beatriz Titto da Silveira**

**Orientação: Raquel Pretto**

**Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler,**

**Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica**

Os elementos que compõem um ambiente refletem a sua qualidade, dificultando definir o que medir. Utilizar indicadores é uma alternativa que permite sistematizar o monitoramento. O Sistema Estadual de Monitoramento da Biodiversidade proposto no Rio Grande do Sul (RS) tem esse propósito, formado por 16 indicadores divididos nas categorias pressão, estado e resposta. Um dos indicadores de resposta trata da aplicação da medida compensatória (MC), um mecanismo de compensação às Unidades de Conservação (UC) estabelecido pelo Art. 36 da Lei Federal n.º 9.980/2000. Este projeto objetiva diagnosticar a aplicação dos recursos de medida compensatória no RS, a fim de subsidiar o início da medição desse indicador. A partir das atas das reuniões da Câmara Estadual de Compensação Ambiental, órgão colegiado responsável pela destinação e acompanhamento da MC, foram coletados os dados de destinação de 2017 a 2023 e consultados os processos administrativos para verificar a execução. Foram contabilizadas 118 destinações, com 40 UCs beneficiadas envolvendo em média aproximadamente 65 milhões de reais por ano. Com relação às destinações, as UCs municipais foram as mais presentes (50%), seguidas das estaduais (47,5%) e das federais (2,5%). Quanto aos Biomas, o valor destinado às UCs no Pampa superou as na Mata Atlântica, porém a execução foi maior na Mata Atlântica. Quanto a localização, os recursos se concentraram na Bacia do Lago Guaíba, mas foram mais executados na do Tramandaí. Quanto à finalidade da aplicação, a regularização fundiária concentrou o maior valor (cerca de 44 milhões de reais), seguida da aquisição de bens e serviços (três milhões de reais), estudos para a criação de nova UC (em torno de 400 mil reais) e, por fim, elaboração, revisão e implementação de Plano de Manejo (quase 300 mil reais). Quanto ao montante executado, a média para o período foi em torno de seis milhões de reais.

**Agência de desenvolvimento:** Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq)